



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Concurso Público Unificado para
provimento de cargos do quadro único do Poder
Judiciário do Estado de Goiás

ANALISTA JUDICIÁRIO

ÁREA JUDICIÁRIA

19/12/2021

**TIPO
3**

PROVAS	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 15
História e Geografia de Goiás	16 a 20
Legislação Complementar	21 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 60
Discursiva	-

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

ATENÇÃO: Transcreva no espaço designado da sua
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras
maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

O céu sempre será azul.

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Quando for permitido abrir o caderno de provas, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao aplicador de provas.
2. Este caderno é composto de Prova Objetiva e Prova Discursiva.
3. A Prova Objetiva é composta de questões de múltipla escolha. Cada questão apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas **uma** é a correta.
4. A Prova Discursiva é composta de um tema/estudo de caso relacionado às atividades relativas ao cargo.
5. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro, notifique-o ao aplicador de prova.
6. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, rigorosamente dentro de seus limites e sem rasuras, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com emenda, corretivo, rasura ou com mais de uma marcação, terá pontuação zero.
7. A Folha de resposta definitiva da Prova Discursiva é personalizada e não será substituída em caso de erro. Ao recebê-la, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro, notifique-o ao aplicador de prova.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o Texto I a seguir para responder às questões de **01 a 08**.

Texto I**Inovação no Direito: como a área se transformou nos últimos anos?**

Sabe aquela ideia do Direito como uma área tradicional, estática e sem grandes mudanças? Pois é: esqueça. Isso porque o advento de novas tecnologias e a sofisticação das relações mercadológicas e pessoais têm feito com que o exercício judicial evolua e se transforme de maneira considerável, principalmente dos últimos anos para cá. Meios de comunicação mais incrementados, novas maneiras de empreender... Esses e outros aspectos têm despertado a necessidade de otimizar os processos legais em vários sentidos.

Percebendo a nova dinâmica, escritórios de advocacia e profissionais do Direito espalhados pelo país e pelo mundo buscam se adaptar baseados em um princípio: inovação. Desde a digitalização de processos até a criação de meios para se comunicar com rapidez com cada cliente. Mudanças assim têm permitido a descoberta de novas possibilidades de atuação na carreira, seja em áreas mais recentes e em construção, como o direito cibernético, e até mesmo em áreas mais tradicionais, como criminal, tributária, etc.

Você é empreendedor e gostaria de entender um pouco mais dessas mudanças? É advogado e quer saber como pode inovar nos serviços prestados? Acompanhe por aqui um pequeno raio-X do que ocorre nesse meio e perceba por que você deve ficar atento, independentemente do contexto em que você atua.

MAS, AFINAL, O QUE SE ENTENDE POR INOVAÇÃO?

Empreender e inovar devem ser ações que caminham sempre lado a lado. Criar um negócio, romper paradigmas, estabelecer novos nichos. Tudo isso está diretamente relacionado a uma mentalidade aberta, atenta ao novo e que busca alternativas diferentes. Ou seja: vencer no mundo empresarial significa, quase invariavelmente, ser inovador.

Em ambientes totalmente conectados como os que vivemos, onde a informação se espalha de maneira descentralizada, sair do lugar-comum e pensar de maneira integrada passa a ser quase que necessidade. Mas o que isso tem a ver com as transformações no Direito? Tudo.

Advogados têm percebido que hoje, cada vez mais, para prestar serviços de qualidade e estar alinhados com o que acontece à volta, é preciso buscar evolução e integrar novas habilidades e disciplinas à sua rotina de atuação. Estudos de mercado e personalização cada vez maior no atendimento são fatores-chave visando a garantir uma relação de sucesso com os clientes.

É claro que a tecnologia é um dos principais meios de buscar essa evolução. E é certo também que vamos falar dela com mais detalhes. Afinal, o universo digital e ferramentas como as startups inauguraram novas maneiras de praticar o Direito. Antes disso, porém, vale a pena frisar que é possível inovar com práticas muito simples. Algumas delas são:

SER DESCOMPLICADO

A primeira prática pode parecer bobagem, mas ainda é fundamental: utilizar uma linguagem simples e direta com o

cliente. Eliminar expressões técnicas e a maneira mais rebuscada na hora de conversar sobre os processos é inovador e facilita a relação com as pessoas.

DAR IMPORTÂNCIA A TUDO

Outra prática interessante é atentar para causas ainda pouco trabalhadas no Direito, como as digitais, por exemplo. Estabelecer meios de defender pessoas lesadas nessas áreas dá credibilidade e cria outras possibilidades de mercado para advogados e clientes.

MUDAR A ROTINA

Desenvolver novas maneiras de atendimento aos clientes, como adotar outros canais de comunicação além do tradicional telefone, dinamiza os processos e facilita a transparência na relação contratante X contratado.

TECNOLOGIA E STARTUPS

Chegou a hora de discorrermos um pouco mais sobre os avanços tecnológicos que colaboram para evoluir o Direito, sobretudo no meio empresarial. E esses avanços passam primordialmente pelas chamadas lawtechs, ou seja, startups que agilizam práticas e otimizam as relações no universo jurídico. Como hoje o on-line dita muitas regras na rotina das pessoas, e o tempo passou a valer muito mais, nada melhor do que se utilizar da rede e realizar adaptações para tratar de um processo e conduzir uma ação com mais agilidade e assertividade. Podemos dividir as lawtechs em três grandes grupos:

AUTOMAÇÃO E DOCUMENTOS

Tornar documentos digitais, facilitar o acesso a eles e gerar alguns de maneira automática fazem com que os advogados não percam tempo preenchendo pilhas de papel de maneira repetida e possam focar em questões mais estratégicas no exercício da advocacia.

JURIMETRIA

Representa a coleta e a análise de dados jurídicos, que vão elucidar o entendimento de como os casos são julgados. Com ela é possível, por exemplo, analisar ações semelhantes e identificar tendências de julgamento e sentença.

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ON-LINE

Um advogado prepara todo o caso e tenta viabilizar acordos diretamente com as empresas ou partes sem a necessidade de ir à Justiça, desafogando a máquina pública e economizando tempo.

Atuando nesses três grupos, esses tipos de startups têm tornado o Direito mais acessível ao cidadão comum. Para ter uma ideia, já existem muitas plataformas dinâmicas que conectam diretamente clientes e advogados indicados para aquele caso, proporcionando comunicação digital entre eles. Avanços assim fazem com que as pessoas não tenham mais receio de procurar os seus direitos. Isso valoriza a profissão e o cidadão, além de deixar mais atentas as empresas nas suas relações comerciais e de prestação de serviços.

Dito isso, tenha em mente: inovar nesse nicho permite o fortalecimento da confiança entre as partes, torna mais rápido o andamento de processos e abre portas para novas formas de praticar o Direito. Vale para você que é advogado, vale para você que é empreendedor em outra área. Existe muito caminho a ser percorrido, mas as sensíveis mudanças que vivemos no Direito e na relação com ele provam que esse é um caminho de evolução sem volta e que merece a atenção de todos nós.

Disponível em: <<https://inovacaoeabraeminas.com.br/inovacao-no-direito/>>. Acesso em: 30 out. 2021.

— QUESTÃO 01 —

O autor instaura a sua linha argumentativa a partir

- (A) do valor polissêmico do verbo *esquecer*.
- (B) do efeito de ironia presente na expressão “Pois é”.
- (C) da quebra de expectativa sobre o perfil da área jurídica.
- (D) da constatação de que o sistema judiciário está em constante transformação.

— QUESTÃO 02 —

A tese defendida ao longo do texto é ancorada num argumento que envolve a relação

- (A) processualidade e metas.
- (B) tradição e acessibilidade.
- (C) trabalho e imputabilidade.
- (D) tecnologia e sofisticação.

— QUESTÃO 03 —

O valor contextual da expressão “um pequeno raio-X” diz respeito à

- (A) temáticas inovadoras fundamentais.
- (B) recurso de percepção e controle.
- (C) diagnóstico preciso e simples.
- (D) ferramentas jurídicas básicas.

— QUESTÃO 04 —

No texto, o interlocutor é definido no seguinte enunciado interrogativo:

- (A) “Sabe aquela ideia do Direito como uma área tradicional, estática e sem grandes mudanças?”
- (B) Mas, afinal, o que se entende por inovação?”
- (C) “Como a área se transformou nos últimos anos?”
- (D) “Você é empreendedor e gostaria de entender um pouco mais dessas mudanças?”

— QUESTÃO 05 —

Segundo o texto, na área do Direito, a inovação envolve

- (A) aumento de parcerias estratégicas e instinto profissional aguçado.
- (B) impessoalização dos processos e garantia de direitos básicos.
- (C) valorização do jargão jurídico, fontes atualizadas e delimitação de campos de atuação.
- (D) simplificação de práticas, atendimento de demandas gerais, novas possibilidades de ação.

— QUESTÃO 06 —

Na formação da palavra “Jurimetria”, o radical diz respeito a jurídico e a segunda parte exprime a ideia de

- (A) medida.
- (B) ritualidade.
- (C) processualidade.
- (D) forma.

— QUESTÃO 07 —

Considerando-se os objetivos do locutor, a sequência textual “Mas o que isso tem a ver com as transformações no Direito? Tudo”, do tipo

- (A) argumentativa, desperta no leitor reflexões a respeito da realidade do exercício atual da advocacia.
- (B) dialogal, contribui para despertar no leitor o interesse pelas ideias em progressão no texto.
- (C) injuntiva, introduz instruções ao leitor a respeito de um comportamento inovador.
- (D) descritiva, apresenta um panorama do ambiente esperado para a área jurídica.

— QUESTÃO 08 —

Um aspecto estilístico do texto viola regras de pontuação baseadas na constituição oracional básica para dar destaque a informações novas, conforme se observa em:

- (A) “Isso valoriza a profissão e o cidadão, além de deixar mais atentas as empresas nas suas relações comerciais e de prestação de serviços”.
- (B) “Criar um negócio, romper paradigmas, estabelecer novos nichos. Tudo isso está diretamente relacionado a uma mentalidade aberta, atenta ao novo e que busca alternativas diferentes”.
- (C) “Tornar documentos digitais, facilitar o acesso a eles e gerar alguns de maneira automática fazem com que os advogados não percam tempo preenchendo pilhas de papel de maneira repetida”.
- (D) “Avanços assim fazem com que as pessoas não tenham mais receio de procurar os seus direitos”.

Releia o Texto I e leia o Texto II para responder às questões 09 e 10.

Texto II

CEJUSC DIGITAL



Disponível em: < <https://www.tjgo.jus.br/index.php/nupecmec/conciliar-e-mediar-digital> >.
Acesso em: 2 nov. 2021.

— QUESTÃO 09 —

CEJUSC Digital é um projeto do Tribunal de Justiça de Goiás que, quanto à sua finalidade, atende a uma ideia explorada no Texto I e que envolve:

- (A) “A descoberta de novas possibilidades de atuação na carreira, como o direito cibernético”.
- (B) “Resolução de conflitos on-line, desafogando a máquina pública”.
- (C) “Meios de comunicação mais incrementados, novas maneiras de empreender”.
- (D) “Desde a digitalização de processos até a criação de meios para se comunicar com rapidez com cada cliente”.

— QUESTÃO 10 —

Quanto à linguagem utilizada e a função do Texto II, observa-se na sua organização:

- (A) a objetividade promovida pelo uso de verbos cujo significado é acessível ao público em geral.
- (B) a escolha pelo paralelismo sintático como recurso para delimitar o alcance das ações promovidas no projeto.
- (C) o cuidado com o rigor jurídico através do uso de palavras técnicas.
- (D) o uso de termos da especialidade jurídica para promover o diálogo com o advogado, o interlocutor principal.

Leia o Texto III a seguir para responder às questões de 11 a 14.

Texto III

Disponível em: < <https://www.cidade-brasil.com.br/certidao-de-nascimento.html> >. Acesso em: 3 nov. 2021

— QUESTÃO 11 —

O Texto III é um modelo de um documento muito importante da vida civil. Considerando-se o seu conteúdo, essa importância se deve ao fato de que

- (A) atesta informações fundamentais para comprovar a existência e a origem de uma pessoa física.
- (B) dá ciência das condições físicas e jurídicas de um recém-nascido.
- (C) permite identificar o estado civil de uma pessoa nascida no território brasileiro.
- (D) traz informações difíceis de serem encontradas em outros documentos.

— QUESTÃO 12 —

A autenticidade do documento gerado conforme o modelo do Texto III é garantida

- (A) por meio da assinatura do tabelião.
- (B) pelo número de matrícula.
- (C) por meio de informações digitais.
- (D) pela voz do declarante.

— QUESTÃO 13 —

Considerando-se as características e a função do gênero textual que exemplifica, a linguagem do Texto III é essencialmente

- (A) concisa.
- (B) técnica.
- (C) subjetiva.
- (D) informal.

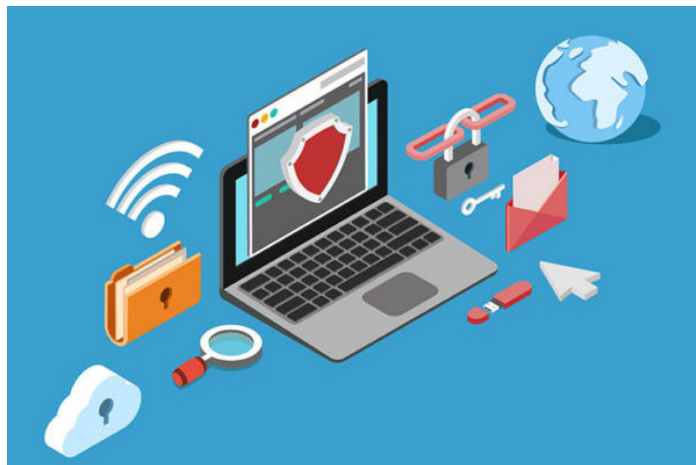
— QUESTÃO 14 —

Na composição do gênero exemplificado no Texto III, as lacunas designadas para as informações de filiação e descendência pressupõem

- (A) o cuidado do legislador em distinguir relações maternas e paternas.
- (B) a manutenção de uma tradição jurídica baseada em princípios biológicos.
- (C) um conceito amplo de família, adaptado à constituição familiar contemporânea.
- (D) uma definição baseada nas relações de consanguinidade.

— RASCUNHO —

Leia o Texto IV a seguir para responder à questão 15.

Texto IV

Disponível em: <<http://www.anoregpr.org.br>> Acesso em: 2 nov. 2021.

— QUESTÃO 15 —

O texto ilustra um artigo sobre informatização dos processos jurídicos, enfatizando a questão da:

- (A) segurança dos dados.
- (B) agilidade processual.
- (C) circulação mundial de informações.
- (D) comunicação interna nos tribunais.

— RASCUNHO —

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE GOIÁS

— QUESTÃO 16 —

Leia o poema do desembargador e poeta Félix de Bulhões (1845-1887).

Hino Abolicionista

No formoso horizonte goiano,
Retocado de cores gentis,
O cruel privilégio inumano
Terminou. Já não há mais servís.

O passado sepulte-se escuro
Ante a aurora que rósea brilhou:
Rio Branco liberta o futuro,
O presente ele aqui libertou.

Antônio Félix de Bulhões. *Hino abolicionista*. Disponível em: <http://ermiracultura.com.br/2021/05/16/cinco-poemas-de-felix-de-bulhoes/>. Acesso em: 15 de out. de 2021.

O poema expressa a contradição do século XIX em Goiás entre:

- (A) a escravidão existente no Brasil e a democracia goiana.
- (B) a lei vigente no Brasil e na junta administrativa de Goyaz.
- (C) a luta contra a escravidão e o liberalismo goiano.
- (D) o engajamento dos agentes jurídicos e as leis vigentes.

— QUESTÃO 17 —

Leia o trecho do relatório a seguir.

Comarca de Goyaz é a única que se acha provida de um Juiz de Direito letrado e em todas as mais são sentenciadas as causas por homens, que sendo à sua educação totalmente diversa, embora possuidores dos melhores desejos, não podem assaz penetrar o sentido das leis.

JARDIM, J. R. Relatório apresentado à assembleia legislativa em 1835. In: VAZ, C. *Judiciário Goiano*. Goiânia: Kelps, 2014. p. 36.

Qual foi o desdobramento da situação descrita?

- (A) Centralização do poder jurídico.
- (B) Capacitação dos membros das comarcas.
- (C) Dificuldade na aplicação das leis.
- (D) Déficit na burocracia jurídica.

— QUESTÃO 18 —

Leia o trecho a seguir.

Campanha eleitoral de 1954. Em um comício na cidade de Pires do Rio, na primeira fila do palanque, encontravam-se José Ludovico, candidato a governador, Bernardo Sayão, candidato a vice-governador, e Cônego Trindade. Na plateia, um cidadão pergunta para o outro, a seu lado: “Aquele que é o Sayão?” apontando para o Cônego Trindade, que, como era norma na época para os sacerdotes, vestia batina.

ROCHA, H. *Foietim Político* – historietas do folclore político goiano. Goiânia: Kelps, 2010. p. 76.

O texto representa qual característica da vida cotidiana goiana?

- (A) O messianismo como estratégia política.
- (B) O distanciamento da política oficial.
- (C) O desprezo pela vida religiosa.
- (D) O comprometimento com o laicato.

— QUESTÃO 19 —

A última onda de expansão canavieira verificada em Goiás, sobretudo após 2006, foi composta por usinas que se caracterizavam essencialmente como centrais agroenergéticas, e não apenas como destilarias de etanol e, muito menos, como fábricas de açúcar. Nesse sentido, têm na produção de biocombustível e na cogeração energética a partir da queima do bagaço da cana seus principais produtos: por isso falar-se agora em setor sucroenergético, e não mais sucroalcooleiro. Além de segundo maior produtor de cana-de-açúcar e etanol do Brasil, Goiás também ocupa a segunda posição na geração de bioeletricidade a partir da cana-de-açúcar, conforme aponta o Banco de Informações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (BIG/ANEEL).

SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. Goiás e suas sub-regiões canavieiras: Análise dos períodos recentes e atual. (1975-2019). *Boletim Goiano de Geografia*. 2019, v. 39: 57794.

Um fator que possibilitou a expansão dessa lavoura no estado de Goiás foi

- (A) a concessão de terras devolutas improdutivas.
- (B) a existência de fatores edafoclimáticos favoráveis.
- (C) o desenvolvimento de políticas alimentares.
- (D) o reaproveitamento de engenhos tradicionais.

— QUESTÃO 20 —

No caso específico do Kalunga, a apropriação do seu patrimônio pelo turismo é uma decisão estratégica, vinculada a um processo socioeconômico mundial, que é a turistização: o turismo enquanto se integra profundamente na economia local, convertendo-se na principal atividade econômica, potencializa e revaloriza o patrimônio cultural espetacularizado para tal propósito. Conceber o turismo como elemento para o etnodesenvolvimento deveria contemplar a dimensão social como fundamental. Todavia, se os grupos sociais não são vistos na totalidade esgarçam-se as relações sociais quando os interesses financeiros predominam e notam-se exclusões e inclusões sociais.

ALMEIDA, Maria GERALDA de. Território Quilombola, etnodesenvolvimento e turismo no nordeste de Goiás. *Raega – O Espaço Geográfico em Análise*, [S.l.], v. 40, p. 130-144, ago. 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/46121/32970>>. Acesso em: 24 out. 2021.

No caso exposto no texto, a crítica volta-se para as dificuldades em viabilizar um turismo que fomente o (a)

- (A) ação empreendedora.
- (B) fortalecimento comunitário.
- (C) prática contemplativa.
- (D) conservação ambiental.

— RASCUNHO —**— RASCUNHO —**

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR**— QUESTÃO 21 —**

O Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás tem como atribuição

- (A) fixar os vencimentos ou subsídios dos membros do Tribunal de Justiça e dos juízes de direito e substitutos.
- (B) solicitar intervenção federal no estado, nos casos e na forma previstos na Constituição Federal.
- (C) propor ao Poder Legislativo estadual a alteração do número dos membros do Tribunal de Justiça.
- (D) deliberar e decidir sobre as indicações para agraciamento com o colar do mérito judiciário.

— QUESTÃO 22 —

Conforme o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, os conflitos de competência, em matéria cível, entre juízes de direito ou substitutos, serão julgados

- (A) pelo órgão especial.
- (B) pela seção cível.
- (C) pelas câmaras cíveis.
- (D) pelo tribunal pleno.

— QUESTÃO 23 —

Conforme o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, os processos que, em virtude da vacância do cargo, ficarem sem o respectivo relator, ou aqueles que lhe deveriam caber por compensação, serão distribuídos, independentemente de sorteio, ao desembargador

- (A) presidente da respectiva câmara de julgamento.
- (B) que vier a ocupar a vaga na mesma turma.
- (C) presidente da respectiva turma de julgamento.
- (D) que vier ocupar a vaga na mesma câmara.

— QUESTÃO 24 —

Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, quando o preenchimento da vaga de desembargador ocorrer por

- (A) antiguidade, o tribunal organizará lista tríplice, composta de nomes de juízes de qualquer entrância, com mais de cinco anos de efetivo exercício.
- (B) merecimento, o tribunal organizará lista tríplice, composta de nomes de juízes de qualquer entrância, com mais de cinco anos de efetivo exercício.
- (C) merecimento, esta será regulada pela idade dos desembargadores, sendo que as questões suscitadas a respeito desse critério serão resolvidas pelo Órgão Especial.
- (D) antiguidade, esta será regulada pela data de nomeação, sendo que as questões suscitadas a respeito desse critério serão resolvidas pelo Tribunal Pleno.

— QUESTÃO 25 —

Por disposição expressa do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, não haverá sustentação oral

- (A) nos embargos de declaração, nos agravos e nas arguições de suspeição.
- (B) nos embargos infringentes, nos agravos e nas arguições de impedimento.
- (C) nos embargos infringentes, nos embargos de divergência e nas arguições de suspeição.
- (D) nos embargos de declaração, nos embargos de divergência e nas arguições de impedimento.

— QUESTÃO 26 —

Segundo a Constituição do Estado de Goiás, o Tribunal de Justiça

- (A) tem competência para propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a fixação da remuneração dos seus auxiliares e dos juízes que lhe são vinculados.
- (B) tem competência para julgar, nas infrações penais comuns cometidas durante o mandato, o governador do estado.
- (C) tem sede na capital e jurisdição em todo o estado, e compõe-se de, no mínimo, trinta e seis desembargadores.
- (D) tem competência para alterar, independentemente de lei e do consentimento do Poder Legislativo estadual, o número dos seus membros.

— QUESTÃO 27 —

Segundo a Constituição do Estado de Goiás, o total da despesa do Poder Legislativo municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, será limitado a

- (A) sete por cento para municípios com população de até cem mil habitantes.
- (B) sete por cento para municípios com população entre cem mil e trezentos mil habitantes.
- (C) cinco por cento para municípios com população de até cem mil habitantes.
- (D) cinco por cento para municípios com população entre cem mil e trezentos mil habitantes.

— QUESTÃO 28 —

Leia a manchete a seguir, publicada em 6 de agosto de 2021, no site da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

LDO de 2022 é sancionada e publicada no Diário Oficial do Estado

Disponível em: < <https://portal.al.go.leg.br/noticias/118874/ldo-de-2022-e-sancionada-e-publicada-no-diario-oficial-do-estado> >. Acesso em: 18 out. 2021.

De acordo com a Constituição do Estado, a Lei de Diretrizes Orçamentárias será enviada e devolvida, respectivamente, até

- (A) 30 de setembro e 15 de dezembro de cada exercício.
- (B) 31 de julho e 15 de dezembro do primeiro ano do mandato do governador.
- (C) 30 de abril e 30 de junho de cada exercício.
- (D) 31 de agosto e 15 de dezembro do primeiro ano do mandato do governador.

— QUESTÃO 29 —

Segundo a resolução n. 325, de 29 de junho de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entende-se por diretriz estratégica

- (A) a política instituída pelo CNJ, de caráter contínuo ou de vigência determinada, que impulse o desenvolvimento pelos órgãos do Poder Judiciário de programas, projetos ou ações voltados à efetivação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.
- (B) as orientações, instruções ou indicações norteadoras da execução da Estratégia Nacional do Poder Judiciário ou da efetivação de uma meta nacional ou de programas, projetos ou ações.
- (C) os compromissos, realizados anualmente, dos órgãos do Poder Judiciário com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando aprimorar os resultados dos indicadores de desempenho dos macrodesafios definidos nessa resolução, sob monitoramento do CNJ.
- (D) os compromissos, realizados anualmente, dos órgãos do Poder Judiciário para alcance de objetivos comuns ao segmento de justiça ou ao Tribunal Superior, que deverão monitorá-los e comunicá-los ao CNJ.

— QUESTÃO 30 —

Segundo o Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás, é requisito para criação de uma nova comarca:

- (A) arrecadação tributária municipal mínima anual de três milhões de reais por habitante e dois mil eleitores.
- (B) arrecadação tributária municipal mínima anual de cinco milhões de reais e dois mil eleitores.
- (C) população mínima de vinte mil habitantes e três mil eleitores.
- (D) população mínima de trinta mil habitantes e três mil eleitores.

— RASCUNHO —

DIREITO CONSTITUCIONAL**— QUESTÃO 31 —**

Considerando a classificação das normas constitucionais quanto à sua eficácia, o direito ao exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, o direito de greve dos servidores públicos e o direito à imunidade material dos parlamentares federais são exemplos, respectivamente, de

- (A) eficácia contida, eficácia plena e eficácia limitada.
- (B) eficácia contida, eficácia limitada e eficácia plena.
- (C) eficácia limitada, eficácia contida e eficácia plena.
- (D) eficácia limitada, eficácia plena e eficácia contida.

— QUESTÃO 32 —

Leia o caso hipotético relatado a seguir.

Uma associação sem fins lucrativos de defesa do meio ambiente comunicou às autoridades competentes da prefeitura que realizará uma manifestação pública, em prol da proteção da natureza, na praça central da cidade em data e horário determinados, bem como deu ampla publicidade do evento aos cidadãos da municipalidade. Posteriormente, uma associação sem fins lucrativos de defesa da educação solicitou, às autoridades competentes da prefeitura, prévia autorização para realizar uma reunião pública, em prol do aumento do orçamento da educação, no mesmo local, data e horário que a outra associação havia programado.

Considerando o caso relatado e nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, a autoridade administrativa:

- (A) poderá impedir a reunião da associação de defesa da educação, caso sua realização frustre a manifestação da associação de defesa do meio ambiente que comunicou previamente às autoridades competentes o uso de local aberto ao público.
- (B) deverá garantir, ao mesmo tempo, a realização dos eventos de ambas as associações, pois constitucionalmente há que se observar o direito de reunião das duas nos locais abertos ao público, considerando que não há uma ordem de preferência.
- (C) deverá conceder autorização prévia para a reunião da associação de defesa da educação, já que cumpriu o requisito constitucional da solicitação prévia de autorização de locais abertos ao público à autoridade competente.
- (D) poderá conceder autorização prévia para a manifestação pública da associação de defesa do meio ambiente, já que o ato de comunicação às autoridades competentes deve ser convalidado em pedido prévio de autorização, requisito expresso constitucionalmente para o exercício do direito à reunião em locais abertos ao público.

— QUESTÃO 33 —

Uma ação judicial julgada em juízo decisório monocrático, via controle difuso, declarou a inconstitucionalidade de dispositivo de lei. A parte vencida apelou em sede de recurso, e a ação judicial foi distribuída a uma câmara competente para conhecimento do processo do Tribunal de Justiça. A ação discute incidentalmente a constitucionalidade de dispositivo de lei. A arguição de inconstitucionalidade poderá ser rejeitada ou acolhida. Nesses casos,

- (A) se acolhida, prosseguirá o julgamento.
- (B) se acolhida, a questão será submetida ao plenário do tribunal ou ao seu órgão especial, onde houver, mesmo quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.
- (C) se rejeitada, prosseguirá o julgamento.
- (D) se rejeitada, a questão será submetida ao plenário do tribunal ou ao seu órgão especial, onde houver, mesmo quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.

— QUESTÃO 34 —

Sobre a defesa do Estado e das instituições democráticas, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispõe que

- (A) os agentes e executores do estado de sítio ou do estado de defesa são imunes às eventuais responsabilizações por ilícitos cometidos.
- (B) as Forças Armadas poderão realizar a defesa da lei e da ordem por iniciativa de qualquer dos poderes constitucionais.
- (C) o estado de defesa poderá ser decretado no caso de declaração de estado de guerra.
- (D) o estado de sítio poderá ser decretado para preservar iminente instabilidade institucional.

— QUESTÃO 35 —

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em maio de 2018, resolveu questão de ordem na ação penal n. 937, no sentido de fixar a seguinte tese, como segue:

“[...] o Ministro Dias Toffoli, que, em voto reajustado, resolveu a questão de ordem no sentido de: a) fixar a competência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar os membros do Congresso Nacional exclusivamente quanto aos crimes praticados após a diplomação, independentemente de sua relação ou não com a função pública em questão; b) fixar a competência por prerrogativa de foro, prevista na Constituição Federal, quanto aos demais cargos, exclusivamente quanto aos crimes praticados após a diplomação ou a nomeação (conforme o caso), independentemente de sua relação ou não com a função pública em questão; c) serem inaplicáveis as regras constitucionais de prerrogativa de foro quanto aos crimes praticados anteriormente à diplomação ou à nomeação (conforme o caso), hipótese em que os processos deverão ser remetidos ao juízo de primeira instância competente, independentemente da fase em que se encontrem; d) reconhecer a inconstitucionalidade das normas previstas nas Constituições estaduais e na Lei Orgânica do Distrito Federal que contemplem hipóteses de prerrogativa de foro não previstas expressamente na Constituição Federal, vedada a invocação de simetria; [...]”

O caso concreto expresso no texto é um exemplo de

- (A) emenda constitucional, resultado do exercício do poder constituinte derivado e ocorre quando há alteração de interpretação das normas constitucionais e do texto constitucional.
- (B) controle de constitucionalidade dos atos de reforma constitucional, resultado do exercício do poder constituinte originário e ocorre quando o Poder Judiciário exerce o controle dos requisitos formais e materiais do processo de alteração do texto constitucional.
- (C) revisão constitucional, resultado do exercício do poder constituinte originário e ocorre quando há alteração de interpretação das normas constitucionais e do texto constitucional.
- (D) mutação constitucional, resultado do exercício do poder constituinte derivado e ocorre quando a interpretação do texto constitucional é alterada sem que haja modificação no texto.

— QUESTÃO 36 —

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispõe que é competência dos Tribunais de Justiça dos Estados:

- (A) processar e julgar, originalmente, nos crimes comuns, o governador do Estado.
- (B) processar e julgar, originalmente, os habeas corpus quando o coator for membro do Tribunal de Contas do Estado.
- (C) propor a criação de varas especializadas, para dirimir conflitos fundiários, com competência exclusiva para questões agrárias.
- (D) propor, privativamente, projeto de lei complementar à Assembleia Legislativa para definir a sua competência.

— QUESTÃO 37 —

Sobre as súmulas vinculantes, o direito brasileiro estabelece que

- (A) tem por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.
- (B) do ato administrativo ou da decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá ação direta de inconstitucionalidade ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.
- (C) o chefe do Poder Executivo estará sujeitado à observância do conteúdo das súmulas vinculantes aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal no exercício da sua função atípica de legislar, por meio da edição de medidas provisórias.
- (D) o Supremo Tribunal Federal, mediante decisão de seis de seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, poderá aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

DIREITO ADMINISTRATIVO**— QUESTÃO 38 —**

Leia o caso hipotético a seguir.

M., servidora pública estadual, com exercício efetivo e ininterrupto nas suas funções desde 30 de outubro de 2020, planeja requerer à administração pública o seu direito ao gozo de férias para o ano de 2022.

De acordo com a lei estadual n. 20.756, de 28 de janeiro de 2020, para a concessão das férias, deverá ser cumprida, dentre outras, a seguinte condição:

- (A) deve ser levada à conta qualquer falta ao serviço, tendo em vista o diminuto lapso temporal do seu exercício efetivo e ininterrupto junto à administração pública estadual.
- (B) poderão ser parceladas em até dois períodos, desde que assim requeridas pela servidora e no interesse da administração pública, contanto que nenhum deles seja inferior a cinco dias.
- (C) tem direito a 30 dias de férias, que não podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, sob pena de serem concedidas de ofício, ressalvadas as hipóteses previstas em legislação específica.
- (D) para o primeiro período aquisitivo de férias, deverá ter cumprido doze meses de exercício, computado o tempo de serviço prestado anteriormente à Administração estadual direta, autárquica e fundacional, desde que entre os períodos não haja interrupção de exercício por prazo superior a trinta dias.

— RASCUNHO —**— QUESTÃO 39 —**

Leia o caso hipotético a seguir.

No dia 12 de maio de 2021, J. apresentou requerimento à administração pública estadual, com fundamento na lei federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, solicitando documentos que versavam sobre condutas que implicavam violação dos direitos humanos supostamente praticadas por agentes públicos estaduais em seu desfavor no dia 10 de abril do corrente.

Diante do contexto narrado, qual deve ser a conduta da administração pública e por qual razão?

- (A) Deverá acolher o pleito de J., porque, de acordo com essa lei, as informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticadas por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.
- (B) Deverá acolher o pleito de J., porque, consoante essa lei, não há qualquer limite de acesso à informação pública, bastando, para tanto, que seja apresentada uma solicitação formal por cidadão maior de dezoito anos de idade.
- (C) Poderá negar a apresentação de documentos dessa natureza, exceto se já houver prova pré-constituída acerca da suposta violação de direitos humanos, a qual deveria necessariamente ter instruído o requerimento de J.
- (D) Poderá negar o pedido, porque, em conformidade com essa lei, J. deveria ter apresentado o requerimento no prazo de dez dias úteis após a suposta violação dos direitos humanos.

— QUESTÃO 40 —

Em conformidade com a lei federal n. 8.429, de 2 de junho de 1992, constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, dentre outros, o seguinte:

- (A) conceder benefício administrativo ou fiscal com a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- (B) liberar verba pública com a estrita observância das normas constitucionais pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.
- (C) ordenar ou permitir a realização de despesas autorizadas em lei ou regulamento.
- (D) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.

— QUESTÃO 41 —

Dentre os requisitos para celebração do acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos na lei estadual n. 18.672, de 13 de novembro de 2014, cita-se:

- (A) a fase de negociação da proposta do acordo de leniência terá a duração de sessenta dias, a contar da data da sua apresentação, podendo ser prorrogada uma vez e por igual período mediante ato fundamentado da autoridade competente para celebrar o acordo.
- (B) a fase de negociação da proposta do acordo de leniência terá a duração de noventa dias, a contar da data da sua apresentação, podendo ser prorrogada uma vez e por igual período mediante ato fundamentado da autoridade competente para celebrar o acordo.
- (C) a proposta do acordo de leniência deverá ser apresentada formalmente pela pessoa jurídica interessada à autoridade competente, na forma escrita ou oralmente, desde que reduzida a termo, até o ato de intimação para as alegações finais, devendo conter as condições necessárias para assegurar a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo.
- (D) a proposta do acordo de leniência deverá ser apresentada formalmente pela pessoa jurídica interessada à autoridade competente, somente na forma escrita, até o ato de intimação para as alegações finais, devendo conter as condições necessárias para assegurar a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo.

— QUESTÃO 42 —

Considere o caso hipotético a seguir.

J. é proprietária urbana de imóvel situado na cidade de Goiânia-GO e, por motivo de mudança para a cidade de Belém-PA, decide conceder à sua madrinha, F., em caráter formal, o direito de superfície do seu terreno.

Para tal expediente, J. deverá considerar o disciplinado pela lei federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que, dentre outros requisitos, estabelece o seguinte:

- (A) o direito de superfície extingue-se apenas pelo descumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo superficiário.
- (B) o direito de superfície não pode ser transferido a terceiros.
- (C) a concessão do direito de superfície deve ser gratuita.
- (D) a concessão do direito de superfície do terreno pode ocorrer por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.

— RASCUNHO —

DIREITO CIVIL**— QUESTÃO 43 —**

Leia as informações a seguir.

A publicação da lei n. 13.146/2015 causou repercussão direta ao direito substantivo privado brasileiro. Em um caminho de superação da corponormatividade, que vê corpos na legislação de maneira dicotômica, classificando entre capacidades, fortaleceu as discussões jurídicas acerca do antipacitismo no nosso ordenamento jurídico a fim de garantir liberdade, igualdade e dignidade humana, como meio de horizontalização de direitos fundamentais.

Neste contexto, desde a instituição da legislação, assevera-se pelo uso adequado do termo referente aos sujeitos amparados pela legislação, que é:

- (A) pessoa com deficiência.
- (B) portadora de deficiência.
- (C) portadora de necessidades especiais.
- (D) pessoa deficiente.

— QUESTÃO 44 —

A multipropriedade é um instituto trazido em nosso ordenamento jurídico pela lei n. 13.777/2018, de forma supletiva e subsidiária ao Código Civil brasileiro. É um regime de condôminos em que cada titular é proprietário de um imóvel por uma fração de tempo predefinida, de forma alternada. Aos proprietários é facultado o uso e gozo, exclusivo, da propriedade em sua totalidade. Quanto ao instituto, sabe-se que

- (A) pela natureza da faculdade do uso não há estipulação mínima ou máxima da fração de tempo.
- (B) pela natureza indivisível aos proprietários não cabe a extinção do condomínio ou ação de divisão.
- (C) pela natureza da faculdade do uso poderá haver extinção se todas as frações de tempo forem do mesmo proprietário.
- (D) pela natureza indivisível não cabe a mesma aplicação ao mobiliário, equipamentos ou instalações.

— QUESTÃO 45 —

A sistemática do instituto da responsabilidade civil no ordenamento jurídico pátrio é dividida, com base na culpabilidade do sujeito, em subjetiva e objetiva. Para isso, o próprio CC/2002 e algumas legislações específicas, como o Código do Consumidor, estipulam em seu texto com base na tríade principiológica de Miguel Reale: eticidade, operabilidade e socialidade são os casos de aplicação de cada teoria do instituto. Aos contratos de transporte de passageiros, de forma paga, ao entendimento do Supremo Tribunal Federal e da sistemática privada,

- (A) cabe a denunciação da lide e não é elidida por culpa de terceiro.
- (B) é elidida por culpa de terceiro e não cabe às bagagens de passageiros.
- (C) cabe ação regressiva e não é elidida por culpa de terceiro.
- (D) é elidida por culpa de terceiro e não cabe a ação regressiva.

— QUESTÃO 46 —

O instituto da fiança consiste em um sujeito, denominado de fiador, que garante satisfazer ao outro sujeito, denominado de credor, uma obrigação assumida por um terceiro outro sujeito, denominado de devedor. Por tal razão é um instituto que deve manter a forma escrita e a interpretação não extensiva a fim de garantir os direitos patrimoniais envolvidos. O fiador, por sua vez, disponibiliza patrimônio como forma de obrigação fidejussória a relação obrigacional. Conforme a lei n. 8.009/1990 e o CC/2002, no contrato de locação, a penhora do bem de família do fiador é

- (A) válida.
- (B) ilícita.
- (C) nula.
- (D) anulável.

— QUESTÃO 47 —

A lei n. 6.766/1979, que regulamenta o parcelamento de solo urbano, sofreu recente alteração por meio da lei n. 14.118/2021. O parcelamento de solo urbano consiste no loteamento ou desmembramento de terreno urbano. Além da legislação específica, dever-se-á analisar as legislações estaduais e municipais que definem planos diretores e o desenvolvimento sustentável das cidades. O responsável pela implantação do parcelamento é chamado de empreendedor, que, conforme a legislação atual, pode ser

- (A) a pessoa física ou jurídica na posse do imóvel com condição suspensiva de sub-rogação ao proprietário na posse indireta.
- (B) a cooperativa financeira, associação de moradores, quando autorizada pelo titular do domínio; ou associação de compradores ou proprietários.
- (C) a administração pública direta ou indireta habilitada a promover a desapropriação com a finalidade do parcelamento habitacional ou fundiário de interesse social, desde que tenha ocorrido a reintegração de posse.
- (D) o promissário comprador, cessionário ou promitente cessionário ou o foreiro, desde que o proprietário expresse sua anuência e haja sub-rogação.

— RASCUNHO —**— RASCUNHO —**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**— QUESTÃO 48 —**

De acordo com o Código de Processo Civil, o pedido de cooperação jurídica internacional oriundo de autoridade brasileira competente será encaminhado

- (A) ao Estado requerido, acompanhado de tradução para a língua oficial do Estado requerido.
- (B) à autoridade central, acompanhado de tradução para a língua oficial do Estado requerido.
- (C) à autoridade central para posterior envio ao Estado requerido para lhe dar andamento.
- (D) ao Estado requerido, que lhe dará andamento.

— QUESTÃO 49 —

Conforme o Código de Processo Civil, a alteração das partes poderá ocorrer

- (A) na fase de conhecimento, sendo que o adquirente poderá intervir no processo como assistente litisconsorcial do alienante ou cedente.
- (B) no curso do processo, sendo que o cessionário ingressará em juízo, sucedendo o alienante ou cedente, sem que o consinta a parte contrária.
- (C) no curso do processo, e sempre será lícita caso seja vontade delas.
- (D) na fase de conhecimento, sendo que a alienação de coisa litigiosa altera a legitimidade das partes.

— QUESTÃO 50 —

Para a prática de atos processuais, inexistindo preceito legal ou lapso determinado pelo juiz,

- (A) as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas vinte e quatro horas.
- (B) as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas setenta e duas horas.
- (C) será de cinco dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- (D) será de dez dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

— QUESTÃO 51 —

Leia o caso hipotético a seguir.

P. e J. são réus em uma ação movida por A. e que tramita eletronicamente. Eles contrataram dois advogados distintos de um mesmo escritório de advocacia para fazer a defesa deles no processo.

Nesse caso, o prazo para a apresentação de contestação é de

- (A) quinze dias úteis, contados a partir da juntada do último mandado cumprido ou do aviso de recebimento.
- (B) quinze dias úteis, contados individualmente, a partir da juntada do mandado cumprido ou do aviso de recebimento.
- (C) trinta dias úteis, contados a partir da juntada do último mandado cumprido ou do aviso de recebimento.
- (D) trinta dias úteis, contados individualmente, a partir da juntada do mandado cumprido ou do aviso de recebimento.

— QUESTÃO 52 —

Segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça e o Código de Processo Civil, é admissível recurso especial quando

- (A) o recorrente, no ato de interposição, apresenta apenas o comprovante de agendamento para o recolhimento do preparo.
- (B) o recorrente deseja rediscutir a simples interpretação de cláusula contratual ou almeja o reexame de prova.
- (C) o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não interpõe recurso extraordinário.
- (D) o recorrente deixa de requerer a ratificação da concessão da gratuidade da justiça, já deferida no curso do processo.

— RASCUNHO —

DIREITO PENAL**— QUESTÃO 53 —**

Leia o texto a seguir, em que o mote é a corrupção sistêmica, que engloba a corrupção sistêmica: motivo do protesto do manifestante; e a corrupção endêmica: praticada pelo manifestante.



Beck, Alexandre. *Armandinho*, 2015. Disponível em: <<https://tirasarmandinho.tumblr.com/post/113203379209/tirinha-original>>. Acesso em: 22 out. 2021.

De acordo com o texto apresentado, considere a questão penal que envolve o tema e que o funcionário público refutou o suborno. Neste caso, o manifestante

- (A) praticou crime de corrupção ativa e terá sua pena aumentada de dois terços, em razão do não recebimento da vantagem indevida pelo funcionário público.
- (B) praticou corrupção ativa, que independe da ocorrência da corrupção passiva para a sua consumação, ato classificado como crime formal.
- (C) praticou o crime de corrupção ativa tentada, uma vez que a finalidade, obtenção de omissão de ato de ofício, não foi atingida.
- (D) não praticou crime algum, uma vez que o crime de corrupção ativa é material e não admite tentativa.

— QUESTÃO 54 —

Objeto de grandes discussões na seara política e jurídica, a Lei n. 13.869/2019, contra o abuso de autoridades, ampliou o alcance penal no que tange às práticas abusivas por parte do poder público, atingindo, para além dos integrantes do Poder Executivo, os integrantes do Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Tribunais ou Conselhos de Contas. Dentre as inovações da referida lei, destaca-se que

- (A) os servidores públicos da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes ou entes federativos, podem figurar como sujeitos ativos do crime de abuso de autoridade.
- (B) a lei consagra, em seu artigo 1º, § 2º, o crime de hermenêutica, ou seja, a divergência imotivada na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas, resguardando a objetividade interpretativa.
- (C) a legislação não previu o instituto da *vacatio legis*, portanto entrou em vigor na data de sua publicação, podendo retroagir para beneficiar o réu.
- (D) os crimes previstos no diploma legal podem ser dolosos ou culposos, mas, em qualquer caso, exigem a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.

— QUESTÃO 55 —

O crime é um fenômeno complexo e nem sempre é praticado por uma só pessoa ou isoladamente. Assim, o direito penal, enquanto ramo do direito que tutela os bens jurídicos mais importantes, deve conter as normas para dirimir dúvidas acerca de concursos de crimes e concurso de pessoas. Sobre este tema, no Brasil, sabe-se que

- (A) a continuidade delitiva entre roubo e extorsão é possível, assim como é possível a continuidade delitiva entre roubo e latrocínio, desde que tenha o elo de continuidade, pouco importando se protegem o mesmo bem jurídico tutelado.
- (B) o nome de conivência ou participação negativa é atribuído quando o induzimento, instigação ou auxílio que tinha a obrigação de impedir o resultado, não a impediu.
- (C) se uma pessoa dispara arma de fogo com o objetivo de acertar uma outra, mas, por erro, também atinge culposamente uma terceira pessoa, levando as duas a óbito, haverá concurso formal de crimes, classificado, também, como homogêneo e próprio.
- (D) o Código Penal adota a teoria do domínio do fato, conhecida pelo seu uso durante o caso do “mensalão”; a teoria diferencia o autor do partícipe por meio da análise de quem controla finalisticamente o fato, podendo ser aplicada em delitos dolosos e culposos.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 56 —

Leia o relato do caso a seguir.

Fulano, português naturalizado provisoriamente como brasileiro, quando tinha 17 anos de idade, na data de seu aniversário de 18 anos, saiu para festejar com os amigos. Na festa, conheceu Beltrana, de 18 anos de idade, com quem iniciou uma dança. Todavia, Sicrano, ex-namorado de Beltrana, de 19 anos de idade, vendo a cena, interrompeu a dança e chamou a ex-namorada para conversar. Beltrana, com receio de confusão, pediu licença a Fulano e se retirou do ambiente, indo em direção ao estacionamento com Sicrano. Em seguida, Fulano, irado com a situação, pega uma faca sobre uma das mesas na festa e sai em busca de Sicrano. Quando o encontra, Fulano desfere dois golpes, sem possibilidade de defesa, nas costas de Sicrano, que morre em virtude de uma lesão no pulmão.

De acordo com a legislação e a doutrina, qual seria a resposta de um estudioso de direito penal à mãe de Fulano sobre o que acontecerá com o seu filho?

- (A) Fulano só será considerado maior de idade um dia depois da data de seu aniversário, portanto responderá por sua conduta nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (B) Fulano responderá por homicídio, considerando que, a despeito de sua naturalidade provisória, o crime ocorreu no Brasil, tendo a pena reduzida em até 2/3 em razão da sua idade.
- (C) Fulano responderá por homicídio qualificado, nos termos do Código Penal, mas o prazo prescricional para o crime será reduzido pela metade, por Fulano ser menor de 21 anos de idade no tempo do crime.
- (D) Sem saber a hora do nascimento de Fulano e a hora da ação criminosa, é impossível dizer se ele era ou não imputável no momento da prática do fato.

— RASCUNHO —**— RASCUNHO —**

DIREITO PROCESSUAL PENAL**— QUESTÃO 57 —**

Leia o texto e os dados a seguir.

Goiás teve 29 agressões contra mulher por dia no primeiro semestre

Sob risco

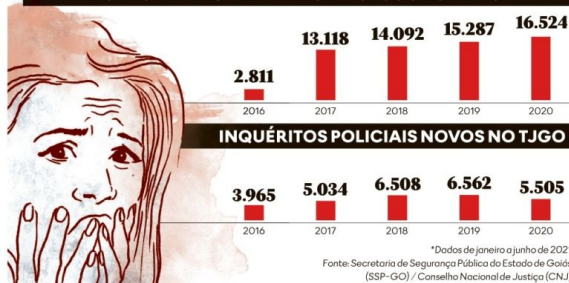
Números da violência contra a mulher em Goiás

NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2021

- Um feminicídio foi registrado a cada **8 dias** no Estado
- A Secretaria de Segurança Pública registrou **29 lesões corporais** por dia contra mulheres
- A cada 30 dias, **19 mulheres** foram estupradas em Goiás
- Por dia, **43 mulheres** foram ameaçadas

CRIMES REGISTRADOS PELA SSP-GO

Ano	Feminicídio	Estupro	Ameaça	Lesão corporal	Crimes contra a honra (calúnia, difamação e injúria)
2018	36	713	6.454	2.976	4.569
2019	40	364	15.722	10.541	9.504
2020	43	290	14.722	10.989	9.131
2021*	22	119	7.822	5.238	5.035

MEDIDAS PROTETIVAS EXPEDIDAS PELO TJGO POR ANO

Disponível em: <<https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/goi%C3%AAs-teve-29-agress%C3%B5es-contra-mulher-por-dia-no-primeiro-semester-1.2283844#>>. Acesso em: 20 out. 2021.

Considerando as informações apresentadas e as disposições legais e jurisprudenciais penais e processuais penais, pode-se dizer que

- (A) em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão temporária do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.
- (B) recebido o expediente com o pedido da ofendida, o juiz, no prazo de quarenta e oito horas, decidirá sobre as medidas protetivas; essa agilidade procedimental explica a correlação entre a redução dos casos de feminicídio e o aumento das concessões de medidas protetivas, de 2018 a 2020.
- (C) o aumento das medidas protetivas entre 2016 e 2020 demonstra o objetivo dos magistrados de resguardar a integridade física, psicológica e patrimonial das vítimas de violência; tais medidas podem ser deferidas de forma autônoma, apenas com base na palavra da vítima, quando ausentes outros elementos probantes nos autos.
- (D) cabe aos juizados especiais a competência para julgar os crimes de violência doméstica contra a mulher, desde que a pena máxima do crime ou contravenção penal não suplante dois anos, cumulados ou não com multa.

— QUESTÃO 58 —

Conhecida como pacote anticrime, a lei n. 13.964/2019 modifica a legislação penal e processual penal brasileira. Dentre as inovações dessa lei, destacam-se:

- (A) a previsão de execução provisória das penas quando da condenação igual ou superior a 15 anos de reclusão e a possibilidade de concessão do efeito suspensivo em caso de apelação contra júri em condenação por qualquer pena.
- (B) a instituição do acordo de não persecução penal e a criação de varas criminais colegiadas para julgar organizações ou associações criminosas de qualquer tipo.
- (C) a previsão do juiz de garantias, para atuar na fase da execução penal, e a sua consequente responsabilidade para realizar a execução da pena de multa.
- (D) as modificações nas regras de arquivamento do inquérito policial, com possibilidade de participação da vítima nessa fase, e a definição e regulamentação dos procedimentos que envolvem a cadeia de custódia.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 59 —

Leia o trecho da música “Rita”, de Thierry, 2020, apresentada a seguir.

Sua ausência tá fazendo mais estrago
Que a sua traição (quero ouvir), lê-lê-lê-lê
Minha cama dobrou de tamanho
Sem você no meu colchão
Seu perfume tá impregnado nesse quarto escuro
Que saudade desse cheiro de cigarro e desse álcool puro
Rita, eu desculpo tudo
Ôh, Rita, volta, desgramada
Volta, Rita, que eu perdoo a facada
Ôh, Rita, não me deixa
Volta, Rita, que eu retiro a queixa

Atualmente, muitas músicas populares abordam temáticas jurídicas, sobretudo penais. Contudo, dada a licença poética e o descompromisso com as normas jurídicas, algumas impropriedades acabam sendo cometidas. Nesse sentido, considerando o trecho da música “Rita”, infere-se que

- (A) para “adequar” a música ao direito penal, o crime deveria ser de lesão corporal de natureza leve, ou seja, dependeria de representação; nesse caso, o companheiro de Rita poderia, além de perdoar, retirar a representação até a data anterior à publicação da sentença, utilizando o seu direito de retratação.
- (B) o perdão do ofendido, nos termos da canção, pode ter efeito moral, mas não gera efeito jurídico algum; todavia, caso fosse um crime de ação penal privada, o perdão poderia gerar extinção de punibilidade, independente da outra parte aceitá-lo.
- (C) Rita é autora do crime, que, a depender de sua intenção, poderá ser lesão corporal ou tentativa de homicídio e, em qualquer caso, de ação penal pública; logo, o inquérito policial deverá ser instaurado, não dependendo de manifestação de vontade da vítima, salvo se tratar de lesão corporal de natureza leve, em que dependerá da representação do ofendido.
- (D) na música a palavra queixa está relacionada ao seu uso popular, no sentido de indicar o comunicado do crime à autoridade policial, quando na verdade queixa-crime é a nomenclatura da peça inaugural do processo penal em casos de ações penais públicas condicionadas à representação ou privadas de qualquer natureza.

— QUESTÃO 60 —

Leia o relato de caso a seguir.

R. S., com o auxílio de C. M., funcionário do Banco do Brasil, subtraiu dinheiro e diversos bens públicos pertencentes à União, localizados no interior da agência bancária, às três horas da madrugada. C. M. tinha a posse dos objetos subtraídos. Saindo do estabelecimento, R. S. empreendeu fuga em um furgão que subtraiu, após arrombar a porta e fazer ligação direta, ainda no período noturno, para possibilitar o transporte dos objetos. Após perseguição policial, R. S. foi alcançado e parte dos objetos foram recuperados.

De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores e o disposto na legislação, o crime cometido por R. S. e a justiça competente para o seu julgamento são, respectivamente,

- (A) furto qualificado em ambos os casos – justiça estadual em relação ao primeiro crime e a justiça federal em relação ao segundo.
- (B) peculato, no crime cometido no interior do banco, e furto qualificado, no caso da subtração do furgão – justiça federal em relação aos dois crimes.
- (C) furto qualificado em ambos os casos – justiça federal em relação ao primeiro crime e a justiça estadual em relação ao segundo.
- (D) peculato, no crime cometido no interior do banco, e furto qualificado, no caso da subtração do furgão – justiça estadual em relação aos dois crimes.

— RASCUNHO —

PROVA DISCURSIVA
ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA

Analise o caso hipotético relatado a seguir.

M. M., menor, representado pelo Ministério Público, ingressou com ação de alimentos, sem pedido liminar, em face de A. M., pai do menor. A mãe do menor está internada para tratamento de dependência química. A ação foi distribuída à vara de família da comarca onde residem o menor e seu pai. M. M. juntou comprovantes de que A. M. é funcionário público municipal e pede para que seja fixada verba alimentar, proporcionalmente, tomando por base suas necessidades, bem como as capacidades financeiras do genitor, percentual sobre o subsídio do pai, que, conforme alega, deve incidir inclusive sobre a gratificação natalina e a gratificação de férias. A. M., devidamente citado, contestou a ação alegando apenas que não possui condições de arcar com a pensão alimentar e comprovou que possui outros dois filhos também menores e pede que não seja condenado ao pagamento de alimentos civis a M. M. Devidamente instruído o processo, com audiência de instrução e alegações finais. Concluído para sentença, o juiz da vara de família solicitou ao analista judiciário parecer sobre o caso, analisando a legitimidade para propositura da ação, os fundamentos jurídicos e argumentos expostos pelas partes, bem como a pertinência desses com base na legislação de incidência e na jurisprudência dos tribunais superiores, para que servisse de amparo na elaboração de sentença.

A partir da análise do caso relatado, elabore a peça solicitada (texto em gênero dissertativo-argumentativo), expondo de forma analítica, bem fundamentada e com argumentos críticos, com base nas atribuições do cargo de analista judiciário – área judiciária.

(100,0 pontos)

RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30